



Jornal do

SINDÁGUA

18 de Dezembro de 2024 - Nº 380

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



GESTÃO ZEMISTA DÁ GOLPE NO PCCS

Mudança no Plano de Cargos foi conduzida por gente contratada em recrutamento amplo

2025: ANO CRUCIAL DA LUTA PARA MANTER O SANEAMENTO PÚBLICO

Felizmente, em alguns casos, o tempo passa rápido e o comerciante Romeu Zema entra em seu penúltimo ano à frente do governo de Minas.

Até agora, vamos lutando contra o total desrespeito desse senhor ao Poder Legislativo do Estado, peitando há seis anos os deputados para tirar-lhes a autonomia constitucional de legislar, atacando o direito garantido aos mineiros pela Constituição estadual de se manifestarem em plebiscito sobre a venda de patrimônio estatal responsável pelos serviços mais essenciais à saúde, como o saneamento, e da energia determinante para todas as atividades econômicas, em sua ânsia de entregar os setores para a iniciativa privada lucrar e abandonar quem não puder pagar pela ganância tarifária da privatária.

2025 será um ano crucial em nossa luta para travar o entreguismo de Zema, em seus compromissos de desmanchar as atribuições e responsabilidades constitucionais do Estado. No ano seguinte, teremos a eleição para o governo, Câmara Federal, Senado e presidência da República. E o governador comerciante pretende apostar todo o seu mal nesse novo ano que bate às portas, para se cacifar a algum cargo depois da terra arrasada e da tragédia que deixará em Minas Gerais.

Este será o ano de nos unirmos, com força e empenho, para defender a Copasa, a Cemig e garantir condições de trabalho e respeito a esses patrimônios para prestarem serviços públicos essenciais de qualidade à população.

É sempre bom lembrar que a Copasa e a Cemig foram protegidas contra a privatização em PEC do ex-governador Itamar Franco, e outro governador, Eduardo Azeredo, foi preso em cadeia no Corpo de Bombeiros por cometer irregularidades contras essas mesmas empresas.

Esta não pode ser uma luta solitária do SINDÁGUA e do Sindieleto, mas de todos os trabalhadores e de toda a população que paga pesados impostos e espera do Estado a contrapartida de sua responsabilidade.



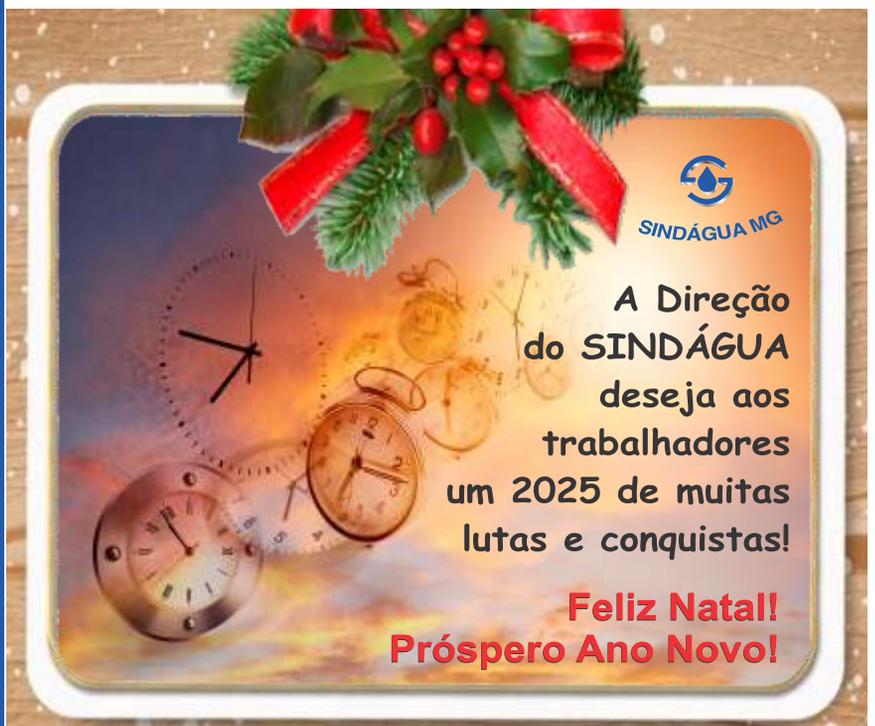
EDUARDO PEREIRA
Presidente do SINDÁGUA

A ganância privatista em explorar serviços públicos essenciais para a população vem comendo por dentro as estruturas da Copasa, desestruturando-a em seu imaginário de vendê-la a preço de banana.

O Plano de Cargos, Carreiras e Salários vai sendo destruído gradativamente nas várias mudanças. Nesta última, já implantada, a avaliação de desempenho aperta mais ainda o pescoço dos trabalhadores e a progressão nas carreiras tem regras intransponíveis.



-  **PPP NA COPANOR - BALÃO DE ENSAIO PARA ATACAR TAMBÉM A COPASA** Pág. 2
-  **AECO - MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DEMONSTROU SUA FORÇA NA ELEIÇÃO** Pág. 3
-  **ÁGUAS DO RIO: MAIS UM EXEMPLO DO FRACASSO DA PRIVATIZAÇÃO** Pág. 4



GOLPE NO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

Um instrumento para engessar o crescimento profissional e paralisar a tabela salarial

Os trabalhadores tiveram uma participação extraordinária na construção do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) da Copasa, aprovando-o em uma assembleia geral gigantesca realizada no ginásio do Clube Ginástico, ainda na década de 80.

Vivíamos em um tempo que se respirava o desejo de democracia e exigência de transparência na administração pública, depois de sepultarmos para a memória histórica as trevas da “ditadura militar”, com a eleição direta de um presidente da República pelo povo brasileiro.

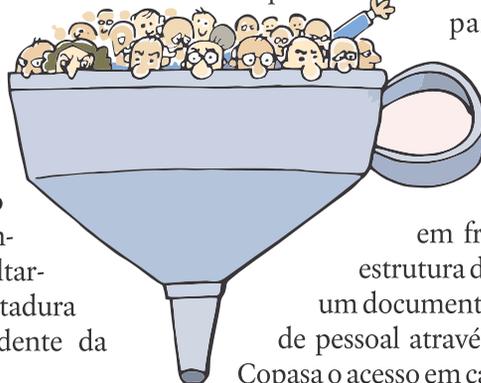
O PCCS então aprovado mobilizou a empresa e os trabalhadores em todo o Estado e foi escrito por “Comissão Paritária”,

com o mesmo número de representantes dos trabalhadores e da Copasa.

Cada trabalhador, em cada canto do Estado, participou do processo, preenchendo formulários que descreviam suas funções eliminando desvios, todo um trabalho para identificar e modelar a estrutura de cargos e as possibilidades de carreira dentro da Copasa, que estava

em franco crescimento. Além de organizar a estrutura de cargos e salários da empresa, o PCCS foi

um documento precioso para acabar com a contratação de pessoal através de indicações políticas, eliminando da Copasa o acesso em cargos vitais de “paraquedistas”, que caíam dentro da empresa pela influência de deputados, prefeitos, governadores e lobistas.



DESMANCHE DA EMPRESA E ARROCHO NA TABELA SALARIAL

Esta construção foi muito diferente do que está acontecendo hoje na Copasa. A empresa voltou a ser ninho do mandatário no Estado para exercer tráfico de influência e sua estrutura ressuscitou a prática do cabide de empregos, acolhendo derrotados em eleições, preenchendo cargos de comando com contratação ampla, usurpando postos de comandos estratégicos e seguindo uma cartilha para desmanche da empresa.

O PCCS foi prioridade absoluta nas campanhas salariais. Mostramos a situação caótica da Copasa em todo o Estado. Sucateada! Faltando materiais, equipamentos e trabalhadores. Vagas não estavam sendo ocupadas e todos precisam se desdobrar com um serviço volumoso.

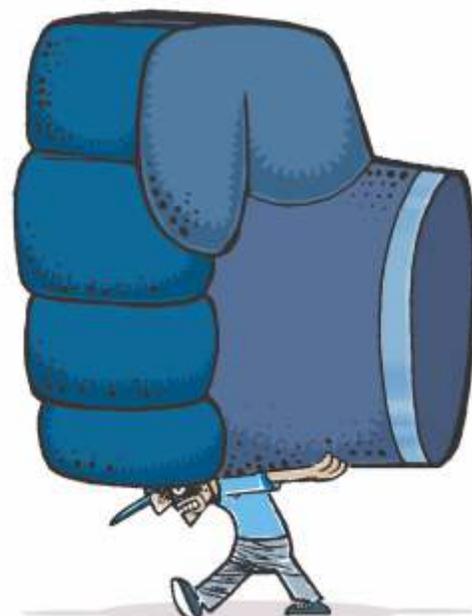
O que está sendo praticado na empresa é uma autêntica autofagia, preparando-a em restos para serem comprados na “bacia das almas” pelos privatistas com os facilitadores criados pelos que ocupam os cargos dentro da Copasa, demitindo corpo técnico especializado em saneamento, desmanchando todo o setor operacional para contratar empreiteiras, travando o crescimento profissional, dilapidando o patrimônio público construído pelos governos passados.

Os atuais mandatários e negociadores da Copasa sempre informam que não discutiriam o PCCS com a “própria casa”, por ser política exclusiva da empresa. Revolta e resistência! Este é o único sentimento que sobra da reunião realizada

com o SINDÁGUA pelo setor de “relações de pessoas” da Copasa, para a “apresentação” de um “resumo” do PCCS elaborado a poucas mãos e já posto em prática na empresa, sem nenhuma discussão, sem nenhuma satisfação. E do pouco que tivemos conhecimento só vimos prejuízos gritantes. Num deles, o instrumento rigoroso utilizado irregularmente para demitir quem não tivesse uma avaliação de desempenho se transformou numa verdadeira foice para cortar cabeças de trabalhadores. Se antes o desempenho exigido era de 70%, agora são necessários 80% na avaliação de desempenho para não ter a cabeça a prêmio. Para ter chance de promoção, a exigência da avaliação de desempenho chega a inacreditáveis 85%. Um disparate! Uma vergonha que precisa ser combatida e que será denunciada à exaustão pelo Sindicato.

O escopo do PCCS apresentado elimina taxativamente o crescimento profissional dentro da empresa, sobretudo no que diz respeito a salários. Um trabalhador em uma atividade que esteja no topo da tabela, caso seja promovido para outra atividade, carregará a situação de “topo” e não poderá seguir com rebaixamento de faixa salarial para a outra atividade que é melhor remunerada. A tabela salarial da empresa está sendo engessada para um arrocho fenomenal, que permitirá melhor remuneração apenas para quem ocupar postos “de confiança” em comissões de cargo.

A regra é clara: cortar salários e demitir. Já na introdução da política de remuneração anunciam a intenção: “questionar e revisar frequentemente seus conceitos e estratégias em gestão de pessoas e, em especial, no quesito remuneração”. Tudo em nome de se “posicionar à frente dos concorrentes de mercado”. Desgraçadamente para a empresa, Romeu Zema colocou no seu comando gente do próprio mercado que abre disputa concessões com a Copasa, com acesso privilegiado aos dados e estratégias para municiar seus adversários. Num exemplo grotesco, um ex-presidente colocado por Zema na Copasa foi exatamente para o maior concorrente depois que deixou a estatal.



TRABALHADORES DÃO PASSO MUITO IMPORTANTE PARA MUDAR A AECO

Dos 7.974 associados da AECO, 2.747 acessaram a votação eletrônica



LUCAS

Diretor Institucional



MARCELO

Conselho de Gestão



DENISSON



SÍLVIA

Conselho Fiscal

A mobilização dos trabalhadores demonstrou sua força na eleição realizada na última semana pela Associação dos Empregados da Copasa (AECO).

Foram eleitos em todas as vagas disputadas para a gestão da AECO candidatos identificados com as lutas coletivas dos trabalhadores.

Nosso companheiro, diretor de Comunicação do Sindicato, Lucas Tonaco, foi eleito para exercer o cargo de Diretor de Relações Institucionais com expressiva votação, superando a soma de todos os demais concorrentes ao cargo. Também foram eleitos Denisson Cristian dos Santos e Marcelo Ferreira ao Conselho de Gestão, e Sílvia Ferreira, para o Conselho Fiscal.

Apesar de ter transcorrido sob um princípio de respeito entre os candi-

datos, tivemos tentativas de bastidores de impugnar candidatos que, por terem histórico de luta por direitos coletivos, se desenhavam como aqueles que receberiam o forte apoio dos trabalhadores, iniciativa julgada improcedente pela comissão eleitoral.

Temos agora a oportunidade de construir dentro da AECO iniciativas para ampliar sua atuação e modernizá-la com uma gestão participativa, onde os trabalhadores associados sejam consultados sobre as prioridades na administração de benefícios

sociais, atividades de lazer, igualando as ações entre os associados em todo o Estado.

Em nome de todos os eleitos, o diretor Lucas Tonaco agradeceu a eleição e se comprometeu em debuchar com todo o empenho na plataforma pregada em sua campanha. Segundo ele, os associados da AECO entenderam suas propostas de campanha, com forte apoio, que dá representatividade para as mudanças e melhoria dos benefícios usufruídos através da Associação.

RESULTADO GERAL ELEIÇÃO PARA A DIREÇÃO DA AECO

Diretor de Relações Institucionais	Conselho de Gestão	Conselho Fiscal
LUCAS TONACO - 1.274	MARCELO DE IPATINGA - 936	SÍLVIA FERREIRA - 1.861
Toninho Saldanha - 659	DENISSON SINDAGUA - 935	Wanderson Reis - 749
Leandro Dídimo - 380	Meirivone Dias - 372	
Solange Xavier - 145	César Gomes - 361	
Daniel Sérgio - 124	Marilda Marques - 279	
Erlon Flávio - 64	Valternelho - 275	
Ivonete Martins - 61	Gleissinho - 109	
Votos Brancos - 21	Votos Brancos - 1.246	Votos Brancos - 73
Votos Nulos - 19	Votos Nulos - 122	Votos Nulos - 64

SINDCAST



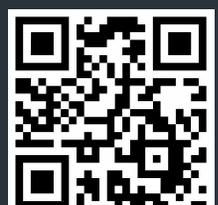
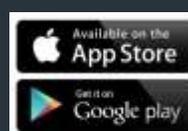
Podcast do Sindágua-MG

youtube.com/@sindagua-mg



APP SINDÁGUA-MG

Disponível nas lojas da:



PPP DA COPANOR É PORTA DE ENTRADA PARA PRIVATIZAÇÃO DA COPASA

Novas manobras entreguistas do governo Zema para vender empresas públicas assanham o lobby privatista

Em nova tentativa de avançar em seu obsessivo plano para privatizar a Copasa, o governo Zema tenta uma dupla ofensiva. Uma das manobras é o anúncio do sórdido Projeto Água dos Vales, parceria público-privada (PPP) anunciada com o falso argumento de que seria a solução para a universalização do saneamento em 92 municípios do Norte de Minas e dos vales do Jequitinhonha e Mucuri, as regiões mais carentes e vulneráveis do Estado. A outra manobra ficou a cargo do vice Mateus Simões, que protocolou na Assembleia Legislativa projeto para entregar a Copasa e a Cemig à iniciativa privada.

O projeto de PPP, na realidade, intensifica o desmonte da Copasa, dando início à privatização de sua subsidiária Copanor e atropelando a Constituição estadual, que impede a venda da empresa pública de saneamento sem consulta à população. A PPP e uma eventual venda da Copasa acarretarão grande prejuízo para o povo mineiro, sobretudo a parcela mais pobre. O receituário das concessionárias privadas, quando abocanham os serviços públicos, é

sempre o mesmo: aumento das tarifas, redução de investimentos, precarização das condições de trabalho e queda da qualidade dos serviços, como comprovam inúmeros exemplos negativos de privatizações no Brasil e no mundo.

Os novos ataques do governo Zema ao saneamento público deixaram o lobby privatista assanhado. No dia 2 de dezembro, a diretora-executiva da Abcon-Sindicon, entidade nacional das concessionárias privadas de saneamento reuniu-se com o governador Romeu Zema, para, segundo a entidade, “debater temas fundamentais para o setor de saneamento:

a privatização da Copasa e os impactos da reforma tributária”.

Logo após a “visita de cortesia”, o lobby continuou aceso. No dia seguinte, 3 de dezembro, o jornal “Folha de S. Paulo” publicou uma entrevista com o CEO da Aegea, uma das principais concessionárias privadas do setor, com manchete descarada e bem significativa dos seus reais interesses: “Aegea já mira privatização da Copasa e vê IPO na Bolsa saindo mais cedo que tarde”.

Os projetos de PPP da Copanor e de privatização da Copasa atenderiam ainda a dois desejos de Zema: lançar sua candidatura à presidência da República e a do vice para o governo do Estado. Para facilitar a empreitada, tenta garantir o apoio do mercado financeiro e das lideranças neoliberais para superar a concorrência, na direita e extrema direita, dos governadores Tarcísio de Freitas, o forasteiro de São Paulo, e Eduardo Leite, do Rio Grande do Sul, que avançaram na privatária, entregando, respectivamente, a Sabesp e a Corsan ao capital privado, além de Ratinho Jr., no Paraná, que fez uma privatização mascarada da Sanepar, por meio de PPPs.



ÁGUAS DO RIO: MAIS UM EXEMPLO DO FRACASSO DA PRIVATIZAÇÃO

As seguidas demonstrações do fracasso das privatizações dos serviços públicos essenciais têm mais um “caso exemplar” no Rio de Janeiro, onde as constantes falhas no fornecimento de água pela concessionária privada Águas do Rio transformam a vida da população em caos e sofrimento. Com o péssimo serviço prestado, a empresa foi multada em R\$ 13,6 milhões, devido ao desabastecimento ocorrido no final de novembro e que sete dias depois ainda não havia sido normalizado, deixando milhares de moradores, escolas, universidades, hospitais, órgãos públicos e comércio sem água.

O caos, na verdade, começou em 2021, quando a Cedae, empresa

pública de saneamento do Rio de Janeiro, foi vendida, como uma das condições do Plano de Recuperação Fiscal, para suspender o pagamento da dívida do Estado com a União, mesma política que o governador Romeu Zema deseja impor em Minas Gerais, vendendo a Copasa e a Cemig.

Depois que assumiu os serviços de água e esgoto em centenas de bairros do Rio (no Centro e nas zonas Sul e Norte), além de 26 municípios do Estado, a Águas do Rio adotou a estratégia usual nos casos de privatização: redução de pessoal e de investimentos e aumento das tarifas. A empresa promoveu significativo corte nos custos operacionais, demitiu mais

de 30% dos trabalhadores, incluindo técnicos especializados e com grande conhecimento dos sistemas e redes da Cedae, contribuindo para a queda da qualidade dos serviços prestados à população. O efetivo de 5.200 trabalhadores caiu para menos de 3.000.

Mais grave ainda, a Águas do Rio, sob alegação de que teve prejuízos por causa de falhas no edital de concessão da Cedae, assinou um acordo com o governo estadual, em novembro, que vai impor aumentos extras nas tarifas de água e esgoto em 2025 e 2026, para compensar esses supostos erros do leilão, prejudicando 10 milhões de pessoas atendidas pela empresa, que vão pagar, mais uma vez, uma conta que não é delas.

Acompanhe mais informações em nosso site www.sindagua.com.br ou pelas redes sociais:



Facebook
/sindaguamg



Instagram
/sindagua.mg



Spotify
/Sindcast



Twitter
/sindaguamg



Youtube
/sindagua.mg



WhatsApp
(31) 3297-7227

